

Vinci Highways do Brasil - Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Vinci Highways do Brasil - Participações S.A.

São Paulo – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vinci Highways do Brasil - Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vinci Highways do Brasil - Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 11 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP


Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

Vinci Highways do Brasil - Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Notas	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	8.833	37.670
Contas a receber	10	3.144	-
Tributos a recuperar	11	1.123	590
Adiantamentos		65	-
Outras contas a receber	12	15.967	-
Total do ativo circulante		29.132	38.260
Ativo não circulante			
Outros créditos	14	995.447	873.441
Direito de uso - arrendamento		115	-
Investimentos	13	960.850	984.191
Total do ativo não circulante		1.956.412	1.857.632
Total do ativo		1.985.544	1.895.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Highways do Brasil - Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Notas	2024	2023
Passivo circulante			
Fornecedores	16	737	40
Obrigações trabalhistas	17	616	76
Obrigações tributárias	18	622	403
Arrendamento a pagar		117	-
Outras contas a pagar	20	61.092	36.024
Total do passivo circulante		63.184	36.543
Passivo não circulante			
Outras contas a pagar	20	137.530	174.068
Provisões	21	99	-
Mútuo a pagar	19	1.065.967	928.444
Total do passivo não circulante		1.203.596	1.102.512
Patrimônio líquido			
Capital social	22	827.105	811.082
Prejuízos acumulados		(108.341)	(54.245)
Total do patrimônio líquido		718.764	756.837
Total do passivo e patrimônio líquido		1.985.544	1.895.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Highways do Brasil - Participações S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita Líquida	23	2.873	-
Custo do serviço prestado	24	<u>(1.531)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		1.342	-
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	24	(3.651)	(3.192)
Receitas operacionais, líquidas	24	15.967	-
Resultado de equivalência patrimonial	24	<u>(23.341)</u>	<u>(3.374)</u>
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		(9.683)	(6.566)
Receita financeira	25	123.419	60.484
Despesa financeira	25	<u>(167.832)</u>	<u>(106.247)</u>
Resultado financeiro líquido		(44.413)	(45.763)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(54.096)	(52.329)
Prejuízo do exercício		<u>(54.096)</u>	<u>(52.329)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Highways do Brasil - Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(54.096)</u>	<u>(52.329)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(54.096)</u>	<u>(52.329)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Highways do Brasil - Participações S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022 (Não auditado)		10	(1.916)	(1.906)
Aporte de Capital Social	22	811.072	-	811.072
Prejuízo do exercício		-	(52.329)	(52.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		811.082	(54.245)	756.837
Aporte de Capital Social	22	16.023	-	16.023
Prejuízo do exercício		-	(54.096)	(54.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		827.105	(108.341)	718.764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vinci Highways do Brasil - Participações S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício		(54.096)	(52.329)
Ajustes por:			
Atualizações - Earn-out	20	24.554	16.496
Resultado de equivalência patrimonial	13	23.341	3.374
Amortizações direito de uso		115	-
Receita de juros	25	(122.006)	(57.274)
Despesa de Juros sobre Mútuos	25	137.523	83.444
Despesa de Juros sobre Arrendamentos		14	-
(Aumento) redução em ativos			
Contas a receber		(3.144)	-
Outras contas a receber		(15.967)	-
Impostos e contribuições a recuperar		(533)	(590)
Adiantamentos		(65)	-
(Redução) aumento) em passivos			
Fornecedores		697	(1.759)
Obrigações trabalhistas		540	76
Obrigações tributárias		219	286
Outros passivos		99	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais		(8.709)	(8.276)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimento		-	(793.969)
Aquisição de debênture	14	-	(816.167)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		-	(1.610.136)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de Mútuo	19	-	845.000
Pagamento de arrendamentos		(113)	-
Pagamentos de juros sobre arrendamentos		(14)	-
Aumento de capital social	22	16.023	811.072
Pagamento - Earn-out	20	(36.024)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamentos		(20.128)	1.656.072
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(28.837)	37.660
No início do exercício		37.670	10
No final do exercício		8.833	37.670
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(28.837)	37.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Empresa Vinci Highways do Brasil - Participações S.A. (“Vinci” ou “Companhia”), sociedade por ações constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, inscrita no CNPJ sob. o nº. 47.980.122/0001-55, com sede na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 16 de setembro de 2022 e tem por objetivo social Prestação de serviços de consultoria, orientação, organização, controle orçamentário, informação e gestão e prestação de serviços administrativos de rotina a empresas, sob contrato, tais como planejamento financeiro, recursos humanos, contabilidade, engenharia, técnica; participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

2 Relação de Entidades sob controle compartilhado

Veja política contábil na nota explicativa nº 8b.

Segue abaixo lista das investidas sob controle compartilhado:

	Relação	Participação acionária % 2024
Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (a)	Controle compartilhado direto	55%
Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (b)	Controle compartilhado indireto	55%
Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (c)	Controle compartilhado indireto	55%
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (d)	Controle compartilhado indireto	55%

(a) Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (“Califórnia”) (Investida direta)

A Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (“Califórnia”), constituída em 24 de agosto de 2022, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, com sócia ou acionista.

A Califórnia tem como acionistas a Vinci o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações e Entrevias Coinvestimento, fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia, os quais exercem o controle compartilhado da Califórnia em conjunto com a Vinci.

A Califórnia possui 100% das ações da Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.

(b) Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (“IIP”) (Investida indireta)

A Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (“IIP”), constituída em 22 de março de 2019, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, com sócia ou acionista.

A IIP possui 100% das ações da Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A.

(c) Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (“IIP II”) (Investida indireta)

A Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (“IIP II”), constituída em 8 de fevereiro de 2017, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A IIP II possui 100% das ações da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

(d) Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (“Entrevias”) (Investida indireta)

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (“Entrevias”), é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 4 de outubro de 2016. A Entrevias não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A Entrevias tem por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 28 Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários. A Entrevias está localizada na Rodovia Atílio Baldo SP 322, Km 327,500, Pista Leste, S/N - Sertãozinho - SP.

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

3 Aquisição de participação societária

3.1 Aquisição de controlada em conjunto (“Califórnia”)

Em 10 de maio de 2023, a Companhia concluiu a aquisição de uma participação societária de 55% na Califórnia.

Como parte da transação, a Companhia comprou 55% de participação societária na Califórnia e 55% das debêntures conversíveis da Entrevias (emissora), controlada conjunta indireta, pela Califórnia. Tal transação foi financiada pelos recursos dos acionistas da Companhia (via aumento de capital e subscrição de um mútuo).

a. Contraprestação transferida

A participação de 55% foi adquirida pelo montante total de R\$ 987.566, sendo R\$ 774.466 pagos à vista e o *Earn-out* a pagar (contraprestação contingente), no valor de R\$ 193.577 pagos conforme item (i) abaixo.

O *Earn-Out* depende de eventos futuros relacionados a implementação do programa de capex e estimativa de tráfego, sendo uma parcela do pagamento efetuado em 28 de fevereiro de 2024 e previsões de pagamento em 28 de fevereiro de 2025 e 2026 e 31 de dezembro de 2025, tendo sido mensurado e registrado ao seu valor justo.

O valor do *Earn-out* é atualizado por um spread de 9,5% adicionado da inflação acumulada (IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

b. Custos de aquisição

Os custos de transação envolvendo a aquisição desta participação societária sob controle compartilhado foi de R\$ 19.523, reconhecidos como parte do custo de aquisição do investimento.

Para aquisições que não resultam em controle, os custos relacionados são tratados de forma diferente em comparação com aquisições que conferem controle. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição são incluídos no custo inicial do investimento, quer se trate de um instrumento financeiro contábil.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, na data de aquisição da Califórnia:

	Califórnia	Califórnia
	2023	2023
	Posição de 100% (*)	Posição de 55% (**)
Total do ativo	4.918.917	2.705.404
Total do passivo	(3.510.817)	(1.930.949)
Total dos ativos identificáveis	1.408.100	774.455

(*) Refere-se a posição de 100% dos ativos e passivos líquidos na data de aquisição da Califórnia em 10 de maio de 2023.

(**) Refere-se a posição de 55% dos ativos e passivos líquidos na data de aquisição da Califórnia em 10 de maio de 2023, adquiridos pela Vinci.

d. Mensuração a valor justo

Contrato de concessão: Avaliado pelo método do MPPEM, o MPPEM (*Multi Period Excess Earnings Method*), essa metodologia estima os resultados econômicos futuros esperados e atribuíveis a determinado ativo ao longo de múltiplos períodos.

- Vida útil: 24,7 anos

Debêntures: Valor justos por meio do resultado, considera os rendimentos incorridos até a data, taxa efetiva de juros.

4 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Administração em 11 de julho de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 8

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8.d** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 13** - aquisição de investida sob controle compartilhado: valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória;
- **Nota explicativa nº 20** - aquisição de investida sob controle compartilhado: mensuração do valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente – *Earn-out*).

(ii) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, *Earn-out*), ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Em cada data de reporte, a administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins dessa análise, a administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas notas explicativas referente a instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- Recebimentos de outras contas a receber (*Earn-out*) assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo.
- Pagamentos de outras contas a pagar (*Earn-out*) assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo.

8 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

a. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (joint ventures)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

b. Benefícios a empregados

(ii) *Benefícios de longo prazo a empregados*

A Companhia mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio da outorga de ações gratuitas, da Vinci SA (controladora indireta da Vinci Highways do Brasil). CASTOR, a nível internacional e em França, é o programa de poupança dos funcionários do grupo Vinci SA que visa, sempre que possível, possibilitar aos funcionários que assim o desejem tornarem-se acionistas da Vinci com condições vantajosas.

O valor justo na data da outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos funcionários é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento nas provisões, ao longo do período em que os funcionários adquirem o direito aos prêmios, contabilizado como obrigação de longo prazo devido à condicionante de permanência na empresa por um período superior a 3 anos após a outorga do plano, período de *vesting*. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para os quais se espera que as condições de serviço e desempenho sejam atendidas, de modo que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e desempenho na data de aquisição.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Rendimentos sobre aplicações financeiras e investimentos;
- Variações cambiais ativas e passivas;
- Tarifas bancárias;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos (mútuos com partes relacionadas); e
- Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis, apurados até 31 de dezembro de 2024, e não registrados é de R\$ 10.456 (em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 16.644), em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), dos custos da transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber sem um componente de financiamento significativo são mensuradas inicialmente pelo preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, a menos que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de relatório subsequente à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é medido pelo custo amortizado se atender às duas condições abaixo e não é designado como medido pelo VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como valor justo por meio do resultado. Inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que, de outra forma, atende aos requisitos de mensuração ao custo amortizado, bem como ao valor justo por meio do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros em VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. O lucro (prejuízo) líquido, acrescido de receita de juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido devido a perdas por redução ao valor recuperável. Receitas de juros, ganhos cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros mensurados ao VJR são medidos pelo valor justo e o lucro (prejuízo) líquido, acrescido dos juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. Despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram, ou transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um ativo financeiro é transferido ou no qual a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade e não retém o controle do ativo financeiro.

A Companhia realiza transações nas quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nestes casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

No momento do desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas apenas com a condição de que o valor contábil do ativo não exceda o novo valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda por redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- Todos os títulos que estejam vencidos acima de 365 dias; e
- Títulos vencidos há menos de 365 dias, cujas ações administrativas para o recebimento dos valores tenham se esgotado. Desta forma, quando isso ocorre, o departamento financeiro envia os títulos para o departamento jurídico para início do procedimento de cobrança judicial.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 365 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros são reconhecidas no resultado.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia possui uma obrigação que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

i. Outras créditos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores fornecidos (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os outros créditos (debêntures) estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

j. Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

k. Mútuos a pagar

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores fornecidos (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mútuos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

l. Reconhecimento de receita

Receitas de serviços

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência, com base na pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas aplicáveis as demonstrações financeiras

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 40 (R1) e CPC 48).

9 Caixa e equivalente de caixa

	2024	2023
Banco - conta movimento	720	43
Aplicações financeiras	8.113	37.627
Total	8.833	37.670

O montante de R\$ 8.113 apresentado como “Aplicações financeiras” é composto basicamente por aplicações em fundo de investimento de renda fixa, formado por títulos públicos federais, pré e pós fixados com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas com base na taxa de 98% da variação dos Certificados de Depósitos Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024 (102% em 31 de dezembro de 2023).

10 Contas a receber

	2024	2023
Contas a receber – (com partes relacionadas)	3.144	-
Total	3.144	-

A Companhia entende, com base nos preceitos da CPC 48 “Instrumentos financeiros”, não haver perdas de créditos esperadas a serem registradas na data base.

Composição das contas a receber por período/dia de vencimento (Nacionais, Internacionais e Partes Relacionadas) em 31 de dezembro de 2024:

Cientes	2024	2023
A vencer	3.144	-
Total	3.144	-

11 Tributos a recuperar

	2024	2023
IRRF	377	590
IRPJ	591	-
CSLL	33	-
PIS e COFINS	122	-
Total	1.123	590

12 Outras contas a receber

	2024	2023
<i>Earn out</i> (i)	15.967	-
Total	15.967	-

- (i) Valor referente ao direito de recebimento de “*Earn-Out*” em decorrência de cláusulas prevista em contrato junto ao Fundo de Investimentos Patria III, não reconhecido no momento inicial por não haver a expectativa da realização dos investimentos necessários para o gatilho do *Earn-out*.

13 Investimentos

A movimentação dos investimentos da Companhia em controlada em conjunto, em fase operacional até 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontram-se demonstradas a seguir:

	% Participação	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Califórnia (i)	55,00%	771.071	(23.341)	747.730
Ágio	-	213.120	-	213.120
Total		984.191	(23.341)	960.850

	% Participação	Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	Combinação de negócios	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Califórnia (i)	55,00%	-	774.445	(3.374)	771.071
Ágio	-	-	213.120	-	213.120
Total		-	987.565	(3.374)	984.191

Sumário das Informações contábeis da controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

31/12/2024	% Participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Califórnia (i)	55,00%	-	1.205.849	-	458.121	747.730	(23.341)

31/12/2023	% Participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Califórnia (i)	55,00%	-	1.252.742	-	481.671	771.071	(3.374)

- (i) O saldo está representado pela participação de 55% na investida California Infraestrutura Holding aquisição que foi concluída dia 10 de maio de 2023.

Teste de recuperabilidade de ativos

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGC) como segue:

	2024	2023
Ágio	213.120	213.120
Total	213.120	213.120

Califórnia

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 15 de maio 2025, o Fundo Patria Infraestrutura III e Entrevias Coinvest anunciaram a venda da participação remanescente na Califórnia para um terceiro. Tal transação foi usada com uma referência para avaliação de eventual *impairment* dos investimentos, incluindo o ágio, na Califórnia, por representar o valor justo em uma transação com terceiro. Com base nessa transação, a Administração não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro 2024 e 2023

14 Outros créditos

Compra de 55% de Debêntures Conversíveis Entrevias	
Saldo em 31/12/2022	-
Emitido Originalmente (adição)	816.167
Juros Incorridos	57.274
Saldo em 31/12/2023	873.441
Juros Incorridos	122.006
Saldo em 31/12/2024	995.447

Em razão do fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda, pelo qual a Companhia adquiriu 55% de participação na Califórnia, os vendedores Pátria III também alienaram à Vinci, 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”). Não houve mudanças nas condições inicialmente contratadas.

Debêntures Entrevias

Em 10 de maio de 2017, a Entrevias (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 31 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto à debenturista e parte relacionada da Entrevias Pátria III - Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”). O montante total da emissão foi de R\$700.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais são remuneradas pela variação de 100% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures. Não há cláusula de repactuação.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures.

As Debêntures poderão ser parciais ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA do debenturista tenha sido igual ou superior a R\$ 100.000 (EBITDA significa lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas; (b) do imposto de renda e da contribuição social; (c) das despesas de depreciação e amortização; (d) do resultado de equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto; (e) do efeito de “impairment” de ativos; e (f) do eventuais custos não caixa).

15 Partes relacionadas

Operações com pessoal-chave da Administração

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da administração é composto pelo diretoria. A remuneração concedida aos Diretores do exercício foi de R\$ 50 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) referente ao programa Castor (detalhado na Nota Explicativa 21).

Transações com partes relacionadas

	Ativo	
	2024	2023
Contas a Receber e outras contas a receber		
Contas a Receber - Entrevias (i)	3.144	-
Outras contas a receber - <i>Earn-out</i> - Patria III (ii)	15.967	-
Outros créditos		
Entrevias (iii)	995.447	873.441
Direito de uso – arrendamento		
Axians Brasil	115	-
Total	1.014.673	873.441
	Passivo	
	2024	2023
Fornecedores		
Salvador Airport	576	-
Outras contas a pagar		
Outras contas a pagar (iv)	198.622	210.092
Mútuos a pagar		
Vinci Highways SAS (v)	1.065.967	928.444
Arrendamento		
Axians Brasil	117	-
Total	1.265.282	1.138.536

		Resultado	
		2024	2023
Receitas			
	Entrevias - Prestação de serviços (i)	3.144	-
	Patria III (ii)	15.967	-
	Entrevias - Receita financeira (iii)	122.006	57.274
	Total	141.117	57.274
Despesas			
	Vinci Highways SAS - Despesa financeira (v)	(137.523)	(83.444)
	Salvador Airport - Despesas Operacionais	(576)	-
	Axians Brasil - Amortização de arrendamento	(115)	-
	Total	(138.214)	(83.444)
(i)	Contas a receber - referente a prestação de serviços a partes relacionadas.		
(ii)	Outros contas a receber - (<i>Earn out</i> - Ativo) - nota explicativa nº 12.		
(iii)	Outras créditos (Debêntures ativas) - nota explicativa nº 14.		
(iv)	Outras contas a pagar - (<i>Earn out</i> - Passivo) - nota explicativa nº 20.		
(v)	Mútuos a pagar - nota explicativa nº 19		

16 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais	737	40
Total	737	40

17 Obrigações Trabalhistas

	2024	2023
Provisão de férias, INSS e FGTS	264	30
Encargos Sociais	352	46
Total	616	76

Na data base das demonstrações financeiras a Companhia possui somente um funcionário.

18 Obrigações tributárias

	2024	2023
PIS e COFINS a recolher	570	398
IRRF a recolher	2	1
Outros a recolher	50	4
Total	622	403

19 Mútuos a pagar

Mútuos a pagar	
Saldo em 31/12/2022	-
Emitido Originalmente (adição)	845.000
Juros Incorridos	83.444
Saldo em 31/12/2023	928.444
Juros Incorridos	137.523
Saldo em 31/12/2024	1.065.967

- (i) Trata-se de mútuo contraído junto a Vinci Highways SAS em maio de 2023 no valor de R\$ 845.000. O valor será atualizado durante todo o período de vigência do contrato correspondente a 15% ao ano, tendo como vencimento final a data de 31 de agosto de 2031.

O contrato prevê que o saldo seja amortizado até 31 de agosto de 2031, podendo ser adiado se houver consentimento de ambas as partes. O empréstimo junto a Vinci Highways SAS foi captado com o objetivo de financiar a aquisição das Debêntures adquiridas do Pátria III, conforme explicado na nota explicativa nº 14.

20 Outras contas a pagar

	2024	2023
<i>Earn out</i> – Aquisição Califórnia (i)	198.622	210.092
Total	198.622	210.092
Circulante	61.092	36.024
Não circulante	137.530	174.068

- (i) Trata-se de saldo de *Earn-out* devido sobre a aquisição da Califórnia, mensurado a valor justo a cada data de reporte, pelo método de avaliação de fluxo de caixa descontado, combinado com a estimativa de probabilidade de ocorrência de eventos, o *Earn-out* é atualizado por um spread de 9,5% adicionado da inflação acumulada.

Abaixo está apresentado a movimentação do *Earn-out* no exercício.

Outras contas a pagar	
Saldo em 31/12/2022	-
Adições	210.092
Saldo em 31/12/2023	210.092
Juros Incorridos	24.554
Pagamentos	(36.024)
Saldo em 31/12/2024	198.622

21 Provisões

As provisões de longo prazo são compostas pelos planos de ações da Vinci SA (controladora indireta da Companhia).

CASTOR, a nível internacional e em França, é o programa de poupança dos funcionários do grupo Vinci SA que visa, sempre que possível, possibilitar aos funcionários que assim o desejem tornarem-se acionistas da Vinci com condições vantajosas.

O objetivo da Vinci é partilhar os frutos do desempenho e fortalecer o sentimento de pertença ao grupo Vinci.

Esses benefícios são fornecidos exclusivamente aos colaboradores vinculados a Vinci Highways SAS. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total da provisão era de R\$ 99.483. O cálculo desses valores foi baseado no valor de mercado das ações da controladora Vinci S.A., considerando a taxa de câmbio EUR/BRL, uma vez que os indivíduos incluídos nos POA residem no Brasil e as ações da entidade estão listadas na bolsa de valores francesa (Euronext Paris).

Ano	Quantidade de ações	Provisão (R\$)
2024	160	99.483
Total	160	99.483

22 Patrimônio líquido

Capital social

	2024	2023
Capital Social Subscrito	827.105	811.082
Total	827.105	811.082

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 811.082, representado por 811.082.112 ações subscritas e integralizadas pela acionista da Vinci Highways SAS em 05 de maio de 2023, totalmente integralizados, representado por EUR 148.284.

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 827.105 é representado por 827.104.912 ações subscritas e integralizadas pela acionista da companhia Vinci Highways SAS. No período, houveram duas integralizações de capital, ratificadas em Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 29 de Janeiro de 2024 e 04 de Novembro de 2024, com aumentos de R\$ 10.000 e R\$ 6.023, respectivamente, mediante a emissão de novas ações ordinárias totalizando um aumento de capital de R\$ 16.023 dentro do exercício, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00.

23 Receitas

Estão representadas por:

	2024	2023
Receita com prestação de serviços	3.350	-
Total	3.350	-
Deduções de receita	(477)	-
Receita líquida	2.873	-
	2024	2023
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	3.350	-
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (7,60%)	254	-
Programa de Integração Social - PIS (1,65%)	55	-
Imposto Sobre Serviços - ISS (5%)	168	-
Deduções da receita	477	-

24 Receitas (despesas) operacionais por natureza

	2024	2023
Abertura por natureza		
<i>Earn out</i> (i)	15.967	-
Resultado de equivalência em investida	(23.341)	(3.374)
Despesas com pessoal	(2.134)	(326)
Prestação de Serviços (ii)	(2.514)	(219)
Depreciação e Amortização	(115)	-
Viagens e Deslocamento	(97)	-
Manutenção	(48)	-
Despesa tributária	(71)	(2.630)
Outras Despesas	(203)	(17)
Total	(12.556)	(6.566)
Contas do resultado		
Custo do serviço prestado	(1.531)	-
Gerais e administrativas	(3.651)	(3.192)
Receitas operacionais, líquidas	15.967	-
Resultado de equivalência patrimonial	(23.341)	(3.374)
Total	(12.556)	(6.566)

- (i) Valor referente ao direito de recebimento de “*Earn-Out*” em decorrência de cláusulas prevista em contrato junto ao Fundo de Investimentos Patria III em contrato de compra e venda referente a aquisição da investida direta California.
- (ii) O montante de R\$ 2.514 (R\$ 219 em 2023), registrados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, referem-se basicamente a prestação de serviços jurídicos contratados com a finalidade de assessoria.

25 Resultado financeiro

	2024	2023
Receita financeira		
Juros de Debêntures	122.006	57.274
Juros com aplicações financeiras	1.360	3.210
Variação cambial ativa	53	-
Total da receita financeira	123.419	60.484
Despesa financeira		
Multas por pagamento em atraso	(3)	(228)
Juros sobre mútuos	(137.523)	(83.444)
Juros sobre CPC 06	(8)	-
Atualização (<i>earn-out</i>)	(24.554)	(16.496)
Variação cambial passiva	(7)	(163)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(5.737)	(2.834)
IOF sobre operações financeiras	-	(3.082)
Total da despesa financeira	(167.832)	(106.247)
Resultado financeiro	(44.413)	(45.763)

26 Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e 2023 e correspondem, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, ativos financeiros, arrendamento e outras contas a pagar.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

31/12/2024	Valor contábil				Valor justo
	Valor justo	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível
Instrumentos financeiros					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	-	720	-	720	-
Aplicações financeiras	-	8.113	-	8.113	-
Contas a receber	-	3.144	-	3.144	-
Outras contas a receber	-	15.967	-	15.967	-
Outros créditos	-	995.447	-	995.447	-
Total	-	1.023.391	-	1.023.391	
Passivos					
Fornecedores	-	-	737	737	-
Mútuo a pagar	-	-	1.065.967	1.065.967	-
Outras contas a pagar	-	-	198.622	198.622	-
Total	-	-	1.265.326	1.265.326	

31/12/2023	Valor contábil				Valor justo
	Valor justo	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível
Instrumentos financeiros					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	-	43	-	43	-
Aplicações financeiras	-	37.627	-	37.627	-
Outros créditos	-	873.441	-	873.441	-
Total	-	1.023.391	-	1.023.391	
Passivos					
Fornecedores	-	-	40	40	-
Mútuo a pagar	-	-	928.444	928.444	-
Outras contas a pagar	-	-	210.092	210.092	-
Total	-	-	1.138.576	1.138.576	

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Fatores de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

b. Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Empresa, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. A Companhia conta com mútuos junto a empresas relacionadas, por se tratar de uma holding a empresa está condicionada ao resultado operacional de suas investidas.

31/12/2024							
Modalidade	Contábil	Total do fluxo contratual	2025	2026	2027	2028	2029 em diante
Fornecedores	737	737	737	-	-	-	-
Outras contas a pagar - <i>Earn-out</i>	198.622	222.192	61.074	161.118	-	-	-
Mútuo a pagar	1.065.967	2.371.911	162.116	186.771	215.176	248.580	1.559.268
Total	1.265.326	2.594.840	223.927	347.889	215.176	248.580	1.559.268

31/12/2023							
Modalidade	Contábil	Total do fluxo contratual	2024	2025	2026	2027	2028 em diante
Fornecedores	40	40	40	-	-	-	-
Outras contas a pagar - <i>Earn-out</i>	210.092	258.216	36.024	61.074	161.118	-	-
Mútuo a pagar	928.444	2.288.467	139.707	165.907	193.433	226.056	1.563.364
Total	1.138.576	2.546.723	175.771	226.981	354.551	226.056	1.563.364

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado- tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiro. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar os retornos

Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável a variação do CDI e IPCA, baseado em análise dos índices. O cenário razoavelmente possível foi calculado considerando a expectativa dos índices já citados, divulgados na data-base, pelo Boletim Focus, do Bacen:

Demonstramos também o cenário I e cenário II cenários de valorização e desvalorização de 25% e 50% respectivamente.

31/12/2023		Cenário possível			Cenário I		Cenário II	
Ativos financeiros	Index	Posição em 31/12/2023	Cenário razoavelmente possível	Possível	Valorização +25%	Deterioração -25%	Valorização +50%	Deterioração -50%%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	37.670	9%	3.390	4.238	2.543	5.085	1.695
Outros créditos (debênture)	IPCA	873.441	3,9%	34.064	42.580	25.548	51.096	17.032
Total		911.111		37.454	46.818	28.091	56.181	18.727
Impacto no resultado e Patrimônio Líquido					9.364	(9.364)	18.727	(18.727)

31/12/2024		Cenário possível			Cenário I		Cenário II	
Instrumento financeiro	Index	Posição em 31/12/2024	Cenário razoavelmente possível	Possível	Valorização +25%	Deterioração -25%	Valorização +50%	Deterioração -50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	8.833	14,75%	1.303	1.629	977	1.954	651
Outros créditos (debênture)	IPCA	995.447	13,46%	133.987	167.484	100.490	200.981	66.994
Total		1.004.280		135.290	169.113	101.467	202.935	67.645
Impacto no resultado e Patrimônio Líquido					33.823	(33.823)	67.645	(67.645)

27 Eventos subsequentes

- Em 30 de janeiro 2025, a Assembleia geral extraordinária da Companhia aprovou um aumento de capital de R\$ 55.000, no qual foi inteiramente subscrito e integralizado pelo acionista Vinci Highways SAS em dia 03 de fevereiro 2025.
- O montante de R\$ 15.967, conforme nota explicativa nº 12, classificado como Outras contas a receber, referente ao direito de recebimento, por parte do fundo de investimentos Pátria III, gerado a partir do cumprimento de cláusulas previstas em contrato da California de compra e venda das ações, foi totalmente liquidado pelo Pátria em fevereiro de 2025.
- No dia 28 de fevereiro de 2025, conforme acordado no contrato de compra-venda, e diante da realização de determinadas condições, foi realizado o pagamento de R\$ 61.092 ao Pátria III, referente a segunda parcela do *Earn-Out* (vide nota explicativa nº 20).
- No dia 15 de maio 2025, o Fundo Pátria Infraestrutura III e Entrevias Coinvest anunciaram a venda da participação remanescente de 45% na California para NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pelo GIC. A efetivação da operação está condicionada ao cumprimento de condições previstas no Contrato de Compra e Venda

* * *

François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague
Diretor

Dênis Satolo
Contador
CRC 1SP 156.259/O-0